



**First
Capital**
BANK

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2023



Primeiro, acreditar.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2023

ECONOMIA MUNDIAL

Estima-se que a economia global tenha crescido para níveis de 3% em 2023, ainda que condicionada pela pressão dos preços provocada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, de acordo com o FMI.

Para 2024 é expectável, de acordo com o FMI, um crescimento de 2.9% para a economia global e 2.4% para África, mantendo a tendência de alguma desaceleração do crescimento económico que se tem vindo a registar nos últimos anos. Para este cenário contribui o escalar dos conflitos mundiais, estagnação do comércio internacional, bem como o aumento dos eventos climáticos adversos.

A desaceleração económica espera-se mais acentuada nas economias mais desenvolvidas, com 1.5% em 2023 e 1.4% em 2024 – com os Estados Unidos da América (2.1% e 1.5%) a registarem um desempenho mais positivo que a Zona Euro (0.7% e 1.2%).

O FMI estima a inflação global nos 5.9% em 2023, sendo expectável uma ligeira redução para 4.8% em 2024, como consequência do abrandamento dos efeitos dos choques dos preços de matérias-primas desde 2022, ainda que persistindo o risco de volatilidade dos preços das matérias primas e outros produtos e serviços ancorados aos preços dos combustíveis se, face às crescentes tensões geopolíticas e perturbações relacionadas com as alterações climáticas.

ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

Crescimento Económico

Prevê-se que a economia tenha crescido 5% em 2023, suportada, essencialmente, por um crescimento robusto da indústria extractiva, agricultura, turismo, transportes e comunicações. Ao longo do ano de 2023, o Governo implementou um conjunto de medidas e reformas nalguns sectores, com o objectivo de impulsionar sectores profundamente afectados pela pandemia da Covid-19 e atrair mais investimentos.

Em 2024 espera-se um crescimento acima dos 5.5%, como reflexo de uma recuperação contínua da economia, suportada significativamente pela produção do carvão e alumínio, na expectativa que a procura global continue a aumentar. Não obstante, ainda existem alguns riscos que subsistem na economia e que poderão restringir o crescimento de 2024, tais como a vulnerabilidade a catástrofes naturais, os efeitos das alterações climáticas e a insurgência em Cabo Delgado, bem como os projectos de GNL e a sua efectiva realização e tempo de implementação.

Inflação

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação acumulada em Moçambique foi de 5.30% e a variação média a 12 meses foi de 7.13%, sendo atribuída essencialmente às categorias de educação, bens e serviços diversos, alimentação e de bebidas não alcoólicas (11.27%, 10.50% e 10.03% respectivamente).

Estima-se que a inflação média aumente para 7% em 2024, devido aos contínuos constrangimentos da cadeia de distribuição com impacto ao nível dos custos de transporte internacional, aos preços elevados dos alimentos e dos combustíveis, e ao aumento dos níveis de consumo privado, uma vez que as restrições permaneçam tolerantes.

Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio encerrou o ano de 2023 em USDMZN 63.90, mantendo a tendência de estabilidade registada desde meados de 2021, com variações pouco expressivas, sendo igualmente expectável que, em 2024, o Metical não registe grandes variações. No final de 2023, o país apresentou reservas internacionais brutas (RIB) confortáveis com uma cobertura equivalente a cerca de 4 meses de importações de bens e

serviços, excluindo as importações dos grandes projectos.

Em Junho de 2023, o Banco de Moçambique deixou de participar, por via de suporte cambial, as facturas de importação de combustíveis, passando essa responsabilidade por inteiro para os bancos comerciais. Esta medida, aliada ao aumento das reservas obrigatórias de moeda estrangeira para 39.5%, visava absorver o excesso de divisas no mercado e estabilizar os níveis de reservas internacionais.

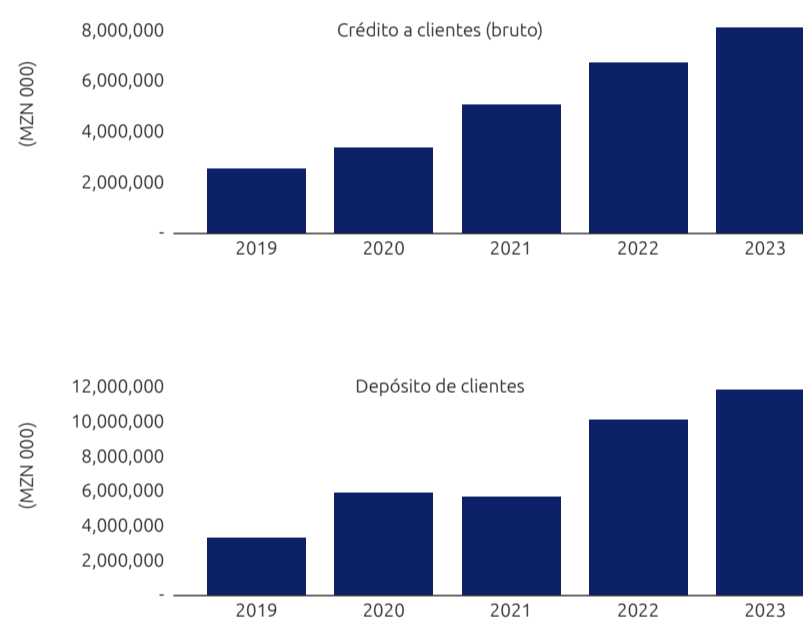
Política Monetária

O Banco de Moçambique manteve uma política rigorosa com o objectivo de manutenção da inflação a um dígito, durante o ano de 2023, de modo a preservar a estabilidade de preços, num cenário de riscos e incertezas de agravamento de inflação e crescimento económico mais moderado. O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, na sua primeira sessão de 2024, decidiu reduzir a taxa de juro de política monetária de 17.25% para 16.5% com o objectivo de consolidação da inflação a um dígito, numa perspectiva de médio prazo.

DESEMPENHO DO FIRST CAPITAL BANK

• Análise do balanço

Crédito a clientes (bruto) e Depósitos de clientes



A carteira de crédito tem apresentado um crescimento relevante, o que aliado a um modelo de risco de crédito conservador e um sistema eficaz de controlo interno, tem permitido um crescimento da margem financeira, bem como a manutenção do rácio de crédito vencido em níveis substancialmente inferiores à média do sector financeiro moçambicano. Em particular, o crédito ao funcionário público, iniciado em 2020, tem contribuído significativamente para o aumento da carteira e da margem financeira. A 31 de Dezembro de 2023, o crédito ao funcionário público equivalia a cerca de 28% do total de crédito desembolsado.

Em 2023, apesar do abrandamento ocorrido no 2º semestre, o total de crédito aumentou cerca de MZN 1,4 biliões, equivalentes a 24%.

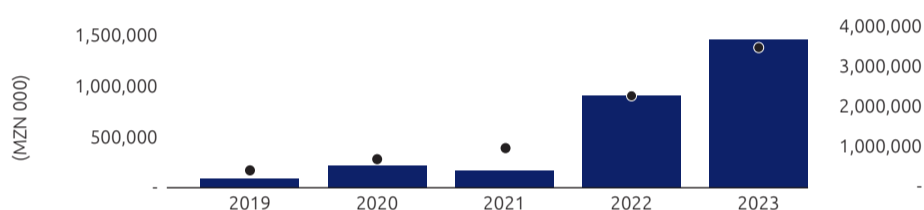
De igual forma, a carteira de depósitos também tem crescido de forma significativa, como resultado do aumento da confiança dos clientes no Banco, bem como da continua melhoria dos serviços prestados e dos produtos oferecidos. Em 2023 manteve-se a tendência de crescimento de depósitos que o Banco vem registando, tendo passado de MZN 9,629 milhões para MZN 10,928 milhões.

Adicionalmente, o Banco procedeu com 2 emissões de Papel comercial, por um valor total de MZN 1,1 biliões, equivalente a cerca de 39% dos montantes cotados em bolsa. Com estas emissões de Papel Comercial o total de recursos de clientes, a 31 de Dezembro de 2023, ascendia a cerca MN 12 biliões.

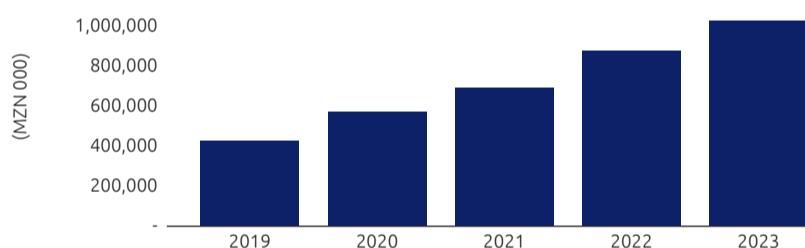
Principais Indicadores

	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 23/22
Balço						
Activo total	5 273,43	7 714,69	7 683,62	12 645,37	18 107,94	43,20%
Rácio de eficiência						
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	7,06%	8,88%	5,75%	35,59%	43,26%	21,55%
Rendibilidade do activo médio (ROA)	1,63%	1,96%	1,23%	6,47%	7,48%	15,65%
Solvabilidade						
Tier I	38,19%	35,73%	27,60%	20,17%	17,29%	-14,29%
Total	38,19%	35,73%	27,61%	22,85%	18,88%	-17,37%
Qualidade do Crédito						
NPL	4,20%	5,20%	2,00%	0,50%	2,43%	386,56%
Rácio de liquidez						
Rácio de transformação	46,46%	40,49%	73,61%	58,57%	63,87%	9,06%
Rácio liquidez	76,13%	72,86%	40,40%	58,83%	46,48%	-20,99%
Outros indicadores						
Clientes(000)	15,71	16,29	17,01	15,91	14,65	-7,93%
Balcões	5	5	5	4	5	25,00%
ATM	8	7	7	7	7	0,00%
POS	178	226	271	296	336	13,51%
Colaboradores	107	119	131	149	172	15,44%

Análise da demonstração de resultados



Resultado líquido de impostos e produto Bancário



Custos operacionais

Em 2023 o resultado líquido de impostos registou um crescimento de 74% passando de MZN 705.6 milhões para MZN 1,225.7 milhões. Este incremento foi acompanhado pelo produto bancário que manteve a tendência de crescimento relevante e sustentado desde 2018, tendo passado de MZN 1,749 milhões em 2022 para MZN 2,899 milhões em 2023 o que representa um acréscimo na ordem dos 66%.

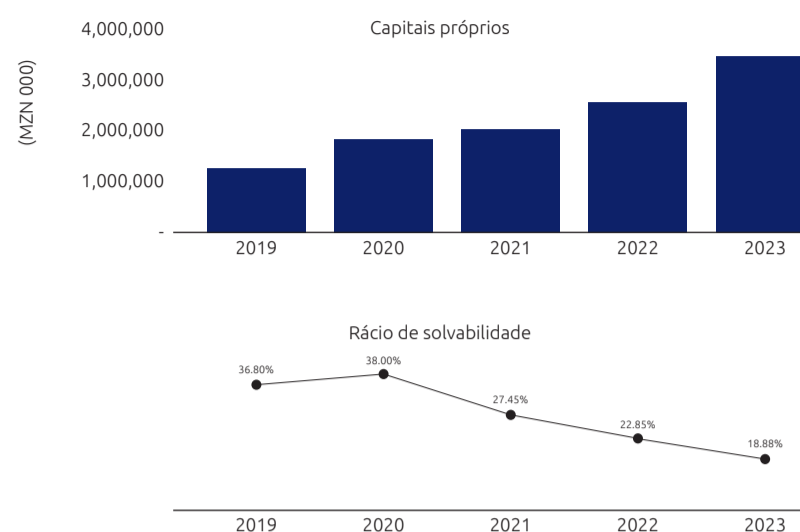
Os custos operacionais cifraram-se em MZN 929 milhões em 2023, o que representa um crescimento de 31% face aos MZN 708 milhões registados em 2022 e em linha com o crescimento do Banco, reflectido, essencialmente, em investimentos em sistemas e infraestruturas de IT, no aumento do staff, em obras em espaços arrendados, entre outros custos.

Estamos em:
Botswana
Malawi
Moçambique
Zâmbia
Zimbábue

Botswana • Malawi • Moçambique • Zâmbia • Zimbábue

Primeiro, acreditar.

Análise dos capitais próprios



Os capitais próprios do Banco têm sido influenciados positivamente pela consistência dos resultados alcançados pelo Banco, nos últimos anos. Em 2023, pela primeira vez na sua história, o Banco procedeu ao pagamento de dividendos aos seus accionistas.

O crescimento dos capitais próprios do Banco tem permitido, de igual forma, a expansão do seu negócio e um maior apoio à economia, por via de financiamentos a vários sectores de actividade, mantendo o seu rácio de solvabilidade em 18,88%, consideravelmente acima do mínimo regulamentar exigido de 12%.

A 31 de Dezembro de 2023, a rentabilidade dos capitais próprios médios era de 43,26%, face aos 35,6% de 2022, o que reflecte a melhoria da eficiência da utilização dos capitais próprios do Banco.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da legislação moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei nº 20/20 das instituições de crédito relativas à constituição de Reservas, propõem-se que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2023, no montante de 1,225,660,982 Meticais, seja dada a seguinte aplicação:

Proposta de aplicação de resultados	%	Valor em Meticais
Reserva legal	30%	367 698 295
Resultados transitados	10%	122 566 098
Dividendos a pagar	60%	735 396 589
Resultado líquido 2023		1 225 660 982

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do First Capital Bank, S.A. em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2023, constantes das páginas 14 a 69, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do First Capital Bank, S.A., em 12 de Abril de 2024.

**Aos Accionistas do
FIRST CAPITAL BANK, S.A.**
Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras
Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do First Capital Bank, S.A. ("Banco"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Perdas por imparidade de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e provisões para "Exposições extrapatrimoniais"
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras do Banco, em 31 de Dezembro de 2023, apresentam no seu activo, na rubrica de "Empréstimos e adiantamentos a clientes", um montante de 6.541.752.046 Meticais (2022: 5.405.706.155 Meticais), representando cerca de 36% do total do Activo. Adicionalmente, o Banco contraiu "Exposições extrapatrimoniais", essencialmente, relativas a garantias prestadas e cartas de crédito concedidas, cujo montante ascende a 8.646.764.826 Meticais (2022: 7.289.098.271 Meticais). A imparidade acumulada registada e provisões constituídas para os "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e "Exposições extrapatrimoniais" ascendem a 226.282.634 Meticais (2022: 36.303.079 Meticais) e 26.948.599 Meticais (2022: 20.796.788 Meticais), respectivamente. O detalhe da imparidade e das provisões e as respectivas políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras na Nota "1.3 a) – Perdas por imparidade" e nas Notas "15 – Empréstimos e adiantamentos a clientes", "34 – Contingências e compromissos" e "24 – Provisões".

A imparidade e provisões associadas a "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e às "Exposições extrapatrimoniais", representam a melhor estimativa do órgão de gestão da perda esperada da carteira de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e de "Exposições extrapatrimoniais", tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros". Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada numa base colectiva. Para exposições relevantes em base individual, nomeadamente nos "Empréstimos e adiantamentos a clientes", a imparidade é determinada tendo por base julgamentos assentes na avaliação do actual risco de crédito.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras, a complexidade e o julgamento no processo do seu cálculo, sendo que em face do grau de subjectividade envolvido, alterações nas estratégias de recuperação e julgamentos assumidos, ou nos pressupostos que condicionem a estimativa e período de ocorrência dos fluxos financeiros, implicando que se possa vir a concretizar-se de forma diferente do estimado, podem ter um impacto material na quantificação da imparidade estimada.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento e avaliação do desenho e operacionalidade dos controlos internos existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e de provisões das "Exposições extrapatrimoniais";
- Análise da metodologia de determinação das perdas por imparidade e provisões e caracterização da carteira;
- Procedimentos analíticos sobre a evolução do saldo da imparidade de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e de provisões das "Exposições extrapatrimoniais", comparando-os com o período homólogo e com as expectativas formadas, nomeadamente a variação na carteira de crédito e alterações nos pressupostos;
- Determinação de uma amostra de exposições objecto de análise individual de imparidade e provisões, para avaliação dos pressupostos utilizados pela Administração do Banco na sua quantificação, incluindo a inspecção da informação com os modelos de negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação de colaterais, inquirição dos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados;
- Análise dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade e das provisões, destacando-se a comparação da metodologia formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração com a efectivamente utilizada;
- Comparação dos dados utilizados no apuramento dos parâmetros de risco com informação fonte, avaliação da consistência do cálculo dos parâmetros de risco ao longo do histórico analisado, inquirições aos especialistas do Banco responsáveis pelos modelos e inspecção dos relatórios de auditoria interna e reguladores;
- Análise dos relatórios com os resultados de avaliação operacional do modelo (back-testing);
- Comparação dos dados carregados no modelo com a informação fonte e análise das eventuais diferenças;
- Análise das divulgações incluídas nas notas às demonstrações financeiras em conformidade com

os requisitos da IFRS 7–Instrumentos financeiros: Divulgações.

Outra Informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório Anual da Administração, conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Representado por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado Nº 33)

Maputo, 12 de Abril de 2024

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	2	2 129 450 678	1 109 878 719
Juros e gastos similares	2	(603 093 993)	(287 915 544)
Margem Financeira		1 526 356 685	821 963 175
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	3	331 761 721	257 804 064
Rendimentos em operações cambiais	4	1 032 824 983	669 558 546
Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	5	669 951	(401 600)
Outros resultados de exploração	6	7 645 809	(257 902)
Produto bancário		2 899 259 149	1 748 666 283
Gastos com pessoal	7	(456 903 862)	(352 408 449)
Outros gastos operacionais	8	(385 127 985)	(270 631 276)
Depreciações e amortizações	17, 18, 19	(87 040 634)	(84 662 369)
Total de custos operacionais		(929 072 481)	(707 702 094)
Resultado operacional antes de imparidade e provisões		1 970 186 668	1 040 964 189
Imparidade de crédito	15	(196 305 638)	(37 978 925)
Imparidades de outros instrumentos financeiros	12, 13	(8 700 000)	(1 297 330)
Provisões	24, 25	(15 466 311)	(15 381 739)
Resultado antes do imposto		1 749 714 719	986 306 195
Imposto corrente	9	(524 053 737)	(280 737 845)
Resultado líquido do exercício		1 225 660 982	705 568 350
Outro rendimento integral		-	-
Total do rendimento integral		1 225 660 982	705 568 350

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2023	2022
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	3 775 457 880	777 123 142
Disponibilidades em instituições de crédito	11	147 128 017	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito	12	5 683 459 667	5 204 836 516
Activos financeiros ao custo amortizado	13	1 411 962 116	696 364 548
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	6 541 752 046	5 405 706 155
Activos não correntes detidos para a venda	16	-	8 476 938
Outros activos	21	204 005 923	168 850 222
Activos tangíveis	17	201 949 573	179 539 839
Activos sob direito de uso	18	78 797 025	80 873 037
Activos intangíveis	19	29 489 303	29 843 193
Activos por impostos correntes	20	27 613 854	27 613 854
Total do activo		18 107 942 951	12 645 371 452
Passivo			
Recursos de instituições de crédito	22	1 632 038 220	21 348 244
Depósitos de clientes	23	10 927 923 707	9 629 209 763
Responsabilidades representadas por títulos	26	1 117 812 500	-
Empréstimos Subordinados	27	219 990 128	219 886 846
Provisões	24	58 546 395	43 515 947
Passivos por impostos correntes	20	409 245 299	52 003 532
Passivos de locação	18	83 784 299	80 780 003
Outros passivos	25	431 610 994	205 806 035
Total do passivo		14 880 951 542	10 252 550 370
Capital			
Capital social	28	1 700 000 000	1 700 000 000
Reservas	29	301 330 427	137 982 510
Resultados transitados		-	(150 729 777)
Resultado líquido do exercício		1 225 660 982	705 568 349
Total do capital próprio		3 226 991 409	2 392 821 082
Total do capital próprio e passivo		18 107 942 951	12 645 371 452

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva legal	Reserva para risco de crédito	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	1 700 000 000	61 349 071	48 322 590	(216 788 426)	94 369 499	1 687 252 734
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	28 310 850	-	66 058 649	(94 369 499)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	705 568 349	705 568 349
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1 700 000 000	89 659 920	48 322 590	(150 729 777)	705 568 349	2 392 821 082
Dotação de reservas legais	-	211 670 507	-	(211 670 507)	-	-
Transferência da reserva do risco de crédito	-	-	(48 322 590)	48 322 590	-	-
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	-	705 568 349	(705 568 349)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(391 490 658)	-	(391 490 658)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	1 225 660 982	1 225 660 982
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	1 700 000 000	301 330 427	-	-	1 225 660 982	3 226 991 409

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	2023	2022
Fluxos das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		1 225 660 982	705 568 349
Depreciações e amortizações	17,18,19	87 040 634	84 662 369
Gasto com imparidade de crédito	15,24	211 771 949	53 360 664
Gastos com imparidade de outros activos	13	8 700 000	1 297 330
Acréscimos e diferimentos de juros		74 947 832	(6 670 234)
Varição nos activos operacionais		(1 873 998 302)	(1 638 791 193)
Varição nos passivos operacionais		3 510 485 391	4 045 408 878
Varição nos outros activos correntes		-	172 033 158
Varição no limite de reservas mínimas obrigatórias		(2 516 566 660)	690 552 704
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais		728 041 826	4 107 422 026
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	17	(78 806 744)	(61 865 036)
Abate de activos tangíveis	17	11 514 243	1 381 009
Aquisição de activos intangíveis	19	(10 261 962)	(10 151 836)
Aquisição de títulos	13	(1 292 433 200)	(111 615 000)
Reembolso de títulos	13	493 187 800	206 215 000
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de investimento		(876 799 863)	23 964 137
Actividades de financiamento			
Aumento de empréstimos subordinados		103 282	210 771 000
Aumento de papel comercial		1 117 812 500	-
Dividendos pagos		(391 490 658)	-
Fluxo de caixa de líquido gerado nas actividades de financiamento		726 425 124	210 771 000
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalente de caixa no início do ano		6 041 776 119	1 699 618 956
Caixa e equivalente de caixa no fim do ano	29	6 619 443 207	6 041 776 119

1. Introdução

O First Capital Bank, S.A. (adiante designado por First Capital Bank ou Banco), começou a operar em Moçambique em julho de 2013, quando assumiu as operações do International Commercial Bank. O First Capital Bank S.A. é propriedade conjunta do FMB Capital Holdings plc (Grupo FMBCH) e de outros dois accionistas estrangeiros. As actividades do Banco centram-se na recepção de depósitos, concessão de créditos a clientes particulares e às empresas, bem como na realização de operações de banca de investimento a nível nacional.

A sede do Banco localiza-se em Maputo, na avenida 25 de Setembro, Aterro do Maxaquene, Edifício Maryah, 7º Andar.

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para activos e passivos financeiros.

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes face as políticas do exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de Abril de 2024 e serão submetidas

para aprovação pelos accionistas em reunião de Assembleia Geral.

1.2. Estimativas, julgamentos significativos e provisões

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, créditos e gastos. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são periodicamente revistos. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos os períodos.

O Banco constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a gestão usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação de mercado disponível, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos utilizados podem afectar o justo valor dos instrumentos financeiros reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, os modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é obter uma determinação do justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar em ajustamentos, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao período durante o qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na IFRS 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que os requisitos específicos para este cenário contidos na IFRS 9 serão aplicados. A norma determina a constituição de provisões para perdas de crédito esperadas. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de diversos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias do negócio dos clientes e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, são registadas as perdas de crédito esperadas para um período de 12 meses. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiros serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

1.3 Políticas contabilísticas materiais

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios sendo descritas abaixo como segue:

a) Instrumentos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Activos financeiros ao custo amortizado
- ii. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e suas características de fluxo de caixa contratuais. Derivados relacionados com um determinado activo financeiro no âmbito da norma não são segregados, sendo a classificação do instrumento financeiro composto avaliada de forma conjunta. Os modelos de negócios são explicados como se segue:

(i) Activos financeiros ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo é detido num modelo de negócio cuja finalidade é manter o activo financeiro com o objectivo de obter os seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa associados a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios, que inclui a determinação do objectivo de manter o activo e se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Quando as cláusulas contratuais introduzem exposição a risco ou volatilidade que se considerem inconsistentes com um acordo de empréstimo inicial o activo financeiro é classificado como ao justo valor por meio de resultados.

(ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo é classificado nesta categoria se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- É detido num modelo de negócio cujo objectivo é atingido tanto pela colecta de fluxos de caixa contratuais bem como pela venda desse activo financeiro.
- Os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente os activos financeiros na data em que são originados, nomeadamente aquando da contratação dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a IFRS 9, activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados transitados em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem com as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros alterar, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados com a nova categoria aplicam-se prospectivamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco. Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e consequentemente não ocorreram quaisquer reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de Modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Adicionalmente, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constitui uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo do cumprimento ou não dos termos acordados.

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A renegociação de empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para cumprir com os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos. Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças na periodicidade dos fluxos de caixa do empréstimo (capital e amortização de juros) e redução no montante dos fluxos de caixa devidos (capital e juros vencidos), concretizadas mediante adendas às cláusulas contratuais.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, alteração da moeda de denominação do activo ou mudança na contraparte, bem como a extensão das alterações na taxa de juros, data de vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, é realizada uma avaliação quantitativa para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, sendo ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for superior a 90%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento do activo.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro gerará um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na perda esperada de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Esta premissa aplica-se somente no caso em

que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação. O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

1. A PD (Probabilidade de default) remanescente ao longo da vida estimada do activo com base nos dados no seu reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
2. Com a PD remanescente na data de relato financeiro com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de cobrar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à Expected Credit Loss (ECL) vitalícia. A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhoria do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho/perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar. Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do writte off de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurado ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

Imparidades

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperados (ECL) e é aplicado aos seguintes instrumentos financeiros: activos financeiros classificados como instrumentos de dívida e compromissos e garantias financeiras emitidas. Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu registo inicial:

1. Estágio 1: abrange activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflecte perdas de crédito esperadas resultantes de probabilidade de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte. Para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses, as perdas de crédito esperadas correspondem à maturidade remanescente.
2. Estágio 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, as perdas de crédito esperadas baseiam-se na PD do período de vida útil, ou seja, representa a probabilidade de incumprimento que ocorra pelo remanescente período da vida útil estimado do activo financeiro.
3. Estágio 3: instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. À semelhança do estágio 2, a PD corresponde a perdas esperadas de crédito durante a vida útil do activo financeiro. As operações reestruturadas são consideradas no estágio 3.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial e incorporação da informação forward looking no cálculo da ECL.

As ECL reflectem o valor actual de todas as insuficiências de fluxos de caixa relacionadas com cenários de incumprimento sejam eles (i) nos doze meses seguintes, ou (ii) ao longo da vida útil esperada de um instrumento financeiro, dependendo da deterioração do crédito desde o seu registo inicial. No entanto, a ECL é determinada através da multiplicação da probabilidade de incumprimento (probability of default – PD) pela perda dado o incumprimento (loss given default – LGD) e pelo valor da exposição (exposure at default – EAD).

Os parâmetros da ECL (PD e LGD) são determinados através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, sendo que, para a sua determinação toma-se em consideração o seguinte:

1. As PD são determinadas através de um modelo estatístico que toma em consideração informação quantitativa e qualitativa do mutuário. O Banco toma em consideração a performance e incumprimento das exposições de risco de crédito e efectua uma análise por tipos de clientes e produtos, sendo que, os PD's são atribuídos em função do risco específico de cada mutuário.
2. O Banco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em incumprimento das contrapartes. O modelo de LGD considera os colaterais associados aos financiamentos, o sector de actividade, o tempo de incumprimento, bem como os custos de recuperação. Na determinação da LGD, o Banco considera apenas colaterais que se apresentam na forma tangível (imoveis habitacionais ou comerciais, equipamentos, valores monetários, Obrigações de tesouro e Bilhetes de tesouro), excluindo-se deste modo, colaterais que se apresentem na forma de cartas conforto, livranças, avales, entre outros.

Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou na vida útil do activo, pois o incumprimento é uma componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração da ECL como a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

i.o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou

ii.é improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha excedido o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em dívida.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague as suas obrigações de crédito, o Banco tem em conta indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, como seja, por exemplo, o indicador qualitativo de incumprimento de cláusulas contratuais associadas ao negócio de clientes empresa, o qual geralmente não é aplicável para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como sejam o atraso no pagamento do serviço de dívida e o não pagamento de outras obrigações por parte do mutuário no sector financeiro moçambicano, são elementos fundamentais nessa análise. O Banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, incluindo se houve uma redução do valor recuperável. Se tiver ocorrido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base no prazo remanescente ao invés da ECL de 12 meses.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no prazo residual do instrumento. Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis, incluindo estimativas futuras.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. A ponderação desses diferentes cenários forma a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos de clientes empresa, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno em função da avaliação da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança da PD ao longo da vida do instrumento financeiro comparando:

- i.A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- ii.A PD do prazo residual do instrumento no momento actual, estimada

com base em factos e circunstâncias do momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs utilizadas são forward-looking e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas estimadas de crédito (ECL).

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos numa “lista de observação”, objecto de monitorização regular.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixa do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há um back-stop quando um activo fica 30 dias em mora, sendo que nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo passa para o estágio 2 no modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

b) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas à taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

Taxas de câmbio	2023	2022
Dólar americano	63.90	63.87
Euro	70.65	68.18
Rand sul africano	3.47	3.77

c) Passivos financeiros e instrumentos de capitais próprios

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivativo pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado

a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivativo sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

1. Foi incorrido principalmente para comprá-lo no curto prazo; ou
2. No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
3. É um derivativo que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, cujo desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, sendo que a IFRS 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os ganhos/perdas de passivos financeiros ao justo valor resultantes de nova mensuração são reconhecidos em resultados, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada. O ganho / perda líquido reconhecido em resultados inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos, empréstimos e responsabilidades representadas por títulos (papel comercial), são inicialmente mensurados ao justo valor, líquidos dos custos da transacção. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva consiste em calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e reconhecer a despesa de juros pelo período

relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida em resultados.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas, usando a taxa efectiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

d) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução por perda de imparidade.

e) Determinação do justo valor

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O principal ou mais vantajoso mercado tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado no pressuposto de que os participantes de mercado efectuaram a transacção agindo no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro tem em consideração a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos, maximização a utilização do activo, ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da melhor maneira possível.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseado no mais baixo

nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração.
- Nível 2 - Justo valor determinado com base em dados observáveis de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para os activos ou passivos, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em Mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia do justo valor pela reavaliação da sua categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

f) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e divulgadas como passivos contingentes (Nota 33).

g) Reconhecimento de rédito e gasto

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica:

Juros, rendimentos e gastos similares

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados ao justo valor, são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas entre as partes do contrato, que são incrementais e directamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, os custos de transacção e todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito, a taxa de juro efectiva reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidos do activo financeiro.

Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões incluídas nesta componente da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo,

quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico, e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida em que os serviços são recebidos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, e disponibilidades em outras instituições de crédito, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado (Nota 30).

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são incluídos no valor contabilístico do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As outras despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Categoria	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	3 - 10
Viaturas	4
Ferramentas e utensílios	10

O Banco efectua regularmente a análise da adequacidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As obras em edifícios arrendados são depreciadas num prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda o valor recuperável estimado, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados. O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em outros ganhos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente, na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como um activo quando o Banco consegue demonstrar a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente

mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 4 anos.

k) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo não financeiro, se existe evidência objectiva de imparidade. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo – o valor recuperável de um activo é o maior valor entre o valor em uso e o justo valor deduzido dos custos de transacção. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para apurar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

l) Impostos sobre rendimento

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou perda, e;
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 9), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis,

e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

m) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidos ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando aplicável e material, as provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e, eventualmente, os riscos específicos para o passivo.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

o) Locações

A contabilização das locações segue o disposto na NIRF 16 - Locações, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador").

De acordo com a referida norma, o locatário reconhece um activo de direito de uso, que representa um direito de usar o activo subjacente, e um passivo de locação, que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor. Todos os contratos ao abrigo desta isenção não são significativos para o Banco.

Na qualidade de locatário, o Banco reconhece novos activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (agências e outros) e reconhece um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação. O Banco inclui os pagamentos devidos no âmbito do contrato de locação no seu passivo de locação.

p) Activos não correntes detidos para venda

Os grupos de activos não correntes detidos para venda (bancos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou bancos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável. O banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou bancos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num banco de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou bancos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Justo valor das propriedades registadas em activos não correntes detidos para venda e em outros activos, são avaliadas a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Banco estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efectuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos imóveis, são efectuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transacção, normalmente o valor de mercado (justo valor). As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de mercado, abordagem do custo e abordagem do rendimento.

O Banco considera que os edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efectuadas para apurar o respectivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização actual, conforme previsto pela IFRS 13 – "Mensuração pelo Justo Valor".

A determinação do Valor de Mercado baseia-se em métodos de avaliação internacionalmente aceites e que, nomeadamente:

- O Método Comparativo de Mercado: compara a propriedade a avaliar com outras propriedades semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionadas há pouco tempo no local ou em zonas equiparáveis. Os valores conhecidos são ajustados para tornar pertinente a comparação, sendo consideradas as variáveis: dimensão, localização, infraestruturas existentes, estado de conservação e outras, que possam ser de alguma forma relevante.
- O Método do Custo de Reposição Amortizado consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise, e parte do pressuposto que um investidor, conhecedor e informado, não estaria disposto a pagar mais pela propriedade do que o custo de

produzir outra com idêntica utilidade, deduzido do montante relativo à depreciação e/ou obsolescência funcional, física e económica verificadas.

Normas emitidas ou revistas adoptadas em 2023

Não houve impacto material nas demonstrações financeiras do Banco resultantes de normas emitidas ou revistas adoptadas em 2023 listadas abaixo:

- Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento: Reforma fiscal internacional - Modelo do segundo de dois pilares (emitida em 23 de maio de 2023, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023).
- Alterações à IFRS 17 Contratos de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa (emitida em 9 de dezembro de 2021, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023).
- Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento: Impostos diferidos relacionados com activos e passivos resultantes de uma única transação (emitida em 7 de maio de 2021, efectiva a partir de 1 de janeiro de 2023).
- Alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e às Práticas IFRS 2: Divulgação de políticas contabilísticas (emitida em 12 de fevereiro de 2021, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023).
- Alterações à IAS 8 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: Definição de estimativas contabilísticas (emitida em 12 de fevereiro de 2021, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023).

Normas emitidas ou revistas, mas ainda não efectivas

Em 31 de Dezembro de 2023 existiam novas normas e alterações cuja data de entrada em vigor é em ou após 1 de Janeiro de 2024. O Banco espera adoptá-las após a sua entrada em vigor e não espera que as suas demonstrações financeiras sejam materialmente impactadas:

- Alterações à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Permutabilidade (emitida em 15 de agosto de 2023, efectiva a partir de 1 de janeiro de 2025);
- Alterações à IAS 7 Demonstração dos fluxos de caixa e à IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores (emitida em 25 de maio de 2023, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024);
- Alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras:
 1. Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes (emitida em 23 de janeiro de 2020);
 2. Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes - Diferimento da Data de Eficácia (emitida em 15 de julho de 2020); e
 3. Passivos Não Correntes com Acordos (emitido em 31 de outubro de 2022, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023);
- Alterações à IFRS 16 Locações: Passivo de locação numa venda e relocação (emitida em 22 de setembro de 2022, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024)

2. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como se segue:

Juros e rendimentos similares	2023	2022
Juros de empréstimos e adiantamentos a cliente	1 559 892 930	761 902 297
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	446 655 769	312 777 234
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	122 901 979	35 199 188
Total de juros e rendimentos similares	2 129 450 678	1 109 878 719
Juros e custos similares	2023	2022
Juros de recursos de clientes	502 205 034	263 517 555
Juros de responsabilidades representadas por títulos	51 562 500	-
Juros de depósitos do banco central e outros bancos	26 748 781	2 018 669
Juros de passivos subordinados	18 974 216	18 595 244
Juros de passivos de locação	3 603 462	3 784 076
Total de juros e custos similares	603 093 993	287 915 544
Total de rendimento líquido de juros	1 526 356 685	821 963 175

O aumento da margem financeira, num cenário mais desafiante face ao incremento substancial das reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira, deve-se essencialmente ao aumento da carteira de crédito, bem como ao aumento das taxas de juro de mercado. Adicionalmente, a diversificação da carteira dos produtos e serviços do Banco permitiu uma maior exposição a contas transacionais.

3. Rendimentos líquidos de serviços e comissões

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

Rendimentos de comissões e serviços	2023	2022
Por serviços bancários prestados	165 916 397	132 827 750
De transacções com terceiros	166 808 918	143 104 533
Outras comissões e serviços	75 642 248	36 690 023
Total de rendimentos de comissões e serviços	408 367 563	312 622 306
Gastos de comissões e serviços	2023	2022
Por transacções com outros bancos	(27 133 298)	(20 945 553)
Outras comissões e serviços	(49 472 544)	(33 872 689)
Total de gastos de comissões e serviços	(76 605 842)	(54 818 242)
Total de rendimento líquido de comissões e serviços	331 761 721	257 804 064

O aumento dos rendimentos líquidos de comissões e serviços deve-se, essencialmente, ao aumento das operações de garantias a terceiros, das cartas de crédito e do volume das transações nacionais e estrangeiras.

As outras comissões e serviços são compostas, sobretudo, por comissões dos agentes de crédito ao funcionário público (com MZN 35 milhões em 2023 e MZN 15 milhões em 2022) e comissões suportadas com transacções com bancos correspondentes e com garantias bancárias (MZN 27 milhões em 2023 e MZN 21 milhões em 2022).

4. Rendimentos em operações cambiais

A rubrica de operações cambiais apresenta-se como segue:

Rendimentos em operações cambiais	2023	2022
Ganhos em operações cambiais	1 083 452 729	726 970 554
Perdas em operações cambiais	(50 627 746)	(57 412 008)
Total de rendimentos em operações cambiais	1 032 824 983	669 558 546

O aumento dos rendimentos em operações cambiais, em 2023, advém do acréscimo significativo do volume de operações realizadas no ano, em função do aumento e diversificação da carteira de clientes do Banco, em particular no segmento de clientes exportadores.

5. Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado

A rubrica rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado apresenta-se como segue:

Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	2023	2022
Ganhos na compra e revenda de títulos	1 630 139	807 500
Perdas em prémios de emissão	(960 188)	(1 209 100)
Total de rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	669 951	(401 600)

6. Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

Outros proveitos de exploração	2023	2022
Recuperação de créditos	758 586	1 045 806
Reversão de encargos com credores	8 096 529	1 107 610
Outros ganhos	5 252 795	2 826 953
Total de outros proveitos de exploração	14 107 910	4 980 369
Outros custos de exploração	2023	2022
Donativos e quotizações	(2 423 818)	(2 910 991)
Multas e outras penalidades legais	(143 605)	(29 623)
Outros custos de exploração	(3 894 678)	(2 297 657)
Total de outros custos de exploração	(6 462 101)	(5 238 271)
Total de outros resultados de exploração	7 645 809	(257 902)

A variação na rubrica de reversão de encargos com credores inclui a anulação de provisões constituídas no exercício anterior para impostos correntes (IRPC), no montante de cerca de MZN 5 milhões.

7. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como se segue:

Gastos com pessoal	2023	2022
Remunerações aos trabalhadores	439 151 061	336 302 356
Impostos sobre as remunerações	13 470 674	10 850 948
Formações/treinamento	4 282 127	5 255 145
Total de gastos com pessoal	456 903 862	352 408 449

O crescimento de gastos com pessoal verificado em 2023, em linha com a estratégia do Banco, deve-se, essencialmente, à contratação de novos quadros, bem como à contratação de um novo seguro de saúde para os colaboradores do Banco e seu agregado familiar.

Os colaboradores distribuem-se nas seguintes categorias profissionais:

Categorias profissionais	2023	2022
Directores/Sub-Directores	21	21
Gestores/gerentes	51	49
Analistas/técnicos	43	32
Assistentes	57	47
Total	172	149

8. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

Outros gastos operacionais	2023	2022
Manutenção	55 974 229	49 501 883
Serviços prestados por contrapartes do grupo	106 438 420	58 303 876
Consultoria	40 820 359	31 791 481
Comunicações	26 306 721	19 697 656
Segurança	15 625 230	14 642 498
Publicidade	29 783 582	14 603 395
Despesas de viagem e de representação	22 803 834	18 949 201
Consumíveis	13 645 991	15 446 658
Água, energia e combustíveis	6 718 980	5 732 427
Rendas e aluguer	9 385 123	2 478 794
Outros gastos	57 625 516	39 483 407
Total de outros gastos operacionais	385 127 985	270 631 276

O aumento de novos projectos com vista a alargar a cobertura do serviço aos clientes, bem como na melhoria de processos internos tem influenciado no crescimento dos custos com manutenção, consultoria e de comunicações.

Os serviços prestados pelas contrapartes do grupo, referem-se ao suporte, por parte do FMB capital Holdings Plc e First Capital Shared Services Ltd, em áreas operacionais, IT - incluindo segurança, financeira e outras áreas associadas às linhas de defesa do Banco, nomeadamente risco, compliance e auditoria, entre outras.

Os custos com publicidade tiveram um incremento de cerca de MZN 15 milhões face ao exercício anterior, fundamentalmente devido à realização do evento comemorativo dos 10 anos do Banco e a um patrocínio a um torneio interescolar de futsal para escolas da cidade e província de Maputo.

Em 2023 o Banco abriu uma agência na Beira, bem como arrendou mais um espaço no Edifício Sede para suporte ao crescimento dos seus serviços centrais, o que justifica, em parte, o crescimento de outros gastos operacionais.

Na rubrica de outros gastos, cerca de 80% dos custos são referentes à rede Visa, com cerca de 7 milhões de Meticais, e aos serviços de cobrança e de angariação do produto de crédito ao funcionário público (CEDSIF - 29 milhões em 2023 e 9 milhões em 2022, e Many Sales - 10 milhões em 2023 e 12 milhões em 2022).

9. Impostos sobre o rendimento

9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

Impostos sobre rendimento reconhecidos em resultados	2023	2022
Imposto sobre rendimentos de juros de títulos de dívida pública e outras aplicações	91 442 422	62 727 827
Imposto corrente	432 611 315	218 010 018
Total de impostos sobre o rendimento reconhecidos em resultados	524 053 737	280 737 845

Reconciliação de gastos com impostos

Reconciliação entre o lucro contabilístico e gastos com impostos:

Reconciliação de gastos com impostos	2023		2022	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		1 749 714 719		986 306 195
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32,00%	559 908 710	32,00%	315 617 982
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	1,14%	19 985 605	1,48%	14 611 272
Rendimentos dedutíveis	-8,42%	(147 282 999)	-10,16%	(100 235 236)
Correcções dos exercícios anteriores	0%	-		(11 984 000)
Tributação		432 611 316		218 010 018
IRPC sobre rendimentos de juros de títulos de dívida e outras aplicações - taxa liberatória	20,00%	91 442 422	20,00%	62 727 827
Imposto corrente do exercício	30%	524 053 738	28%	280 737 845

Reconciliação de imposto a pagar

A posição de activos e passivos por impostos sobre o rendimento apresenta-se como se segue:

Impostos diferidos	2023	2022
Activos por impostos diferidos		
Prejuízos fiscais	-	-
Total de activos por impostos diferidos	-	-
Reconciliação de activos por impostos diferidos		
Em 1 de Janeiro	-	172 033 158
Aumento/Redução	-	(172 033 158)
Em 31 de Dezembro	-	-

Reconciliação dos prejuízos fiscais	2023	2022
Em 1 de Janeiro	-	575 053 624
Prejuízo do exercício	-	-
Lucro do exercício	-	(575 053 624)
Em 31 de Dezembro	-	-

O Banco apresentava prejuízos fiscais acumulados no montante de MZN 575,053,624, que podiam ser utilizados para compensar lucros fiscais futuros, dentro de um período de cinco anos e conseguiu recuperar na sua totalidade no exercício de 2022. Em 2023 não houve qualquer movimento nesta rubrica.

10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como segue:

Caixa e Disponibilidades no Banco Central	2023	2022
Caixa	160 661 937	127 443 753
Banco de Moçambique	628 193 585	179 643 691
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	788 855 522	307 087 444
Reservas Obrigatórias	2 986 602 358	470 035 698
Total de caixa e disponibilidades no Banco Central	3 775 457 880	777 123 142

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. Em 31 de Dezembro de 2023, o montante das reservas mínimas obrigatórias ascendia a 2,986,602,358 MZN (470,035,698 MZN em 2022).

A 31 de Maio de 2023, o CPMO decidiu aumentar os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional para 39% e 39.5% em moeda estrangeira. Esta posição compara com os 10.5% para a moeda nacional e 11.5% para a moeda estrangeira que estavam em vigor no exercício anterior.

Esta reserva não é remunerada e não é considerada como parte de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (Nota 31).

11. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

Disponibilidades em instituições de crédito	2023	2022
Depósitos em outras instituições de crédito no país	28 549 542	14 884 076
Depósitos em outras instituições de crédito no estrangeiro	118 578 475	44 932 384
Total de disponibilidades em instituições de crédito	147 128 017	59 816 460

12. Aplicações em instituições de crédito

Aplicações em instituições de crédito	2023	2022
Mercado monetário interbancário	2 350 000 306	2 150 001 030
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	3 226 903 015	3 049 194 830
Juros a receber de aplicações em instituições de crédito	6 566 517	5 651 058
	5 683 470 069	5 204 846 918
Imparidade acumulada	(10 402)	(10 402)
Total de aplicações em instituições de crédito líquidas de imparidades	5 683 459 667	5 204 836 516

As aplicações em instituições de crédito são de curto prazo para as quais existe um risco mínimo de alteração de valor.

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

Movimento da imparidade	2023	2022
Saldo inicial	10 402	20 472
Imparidade do exercício	-	(10 070)
Saldo final	10 402	10 402

13. Activos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

Activos financeiros ao custo amortizado	2023	2022
Obrigações de emissores nacionais (OT's)	478 771 700	668 507 300
Bilhetes do Tesouro	990 581 000	1 600 000
	1 469 352 700	670 107 300
Juros a receber (obrigações)	22 916 730	30 084 454
Proveitos diferidos (Bilhetes de Tesouro)	(67 796 160)	(16 052)
	1 424 473 270	700 175 702
Imparidade acumulada	(12 511 154)	(3 811 154)
Total de activos financeiros ao custo amortizado	1 411 962 116	696 364 548

O movimento dos activos financeiros ao custo amortizado, apresenta-se como se segue:

Movimento de activos financeiros ao custo amortizado	2023	2022
Saldo inicial	670 107 300	764 707 300
Aquisições	1 292 433 200	111 615 000
Reembolsos	(493 187 800)	(206 215 000)
Saldo final	1 469 352 700	670 107 300

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

Movimento da imparidade	2023	2022
Saldo inicial	3 811 154	2 503 754
Reversão de imparidade	-	-
Imparidade do exercício	8 700 000	1 307 400
Saldo final	12 511 154	3 811 154

A imparidade do exercício, associada aos activos financeiros ao custo amortizado, aumentou significativamente, quando comparada com a de 31 de Dezembro de 2022, como resultado do aumento da exposição à dívida do Estado moçambicano.

14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral

Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	2023	2022
SIMO	6 327 548	6 327 548

Os activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral referem-se às acções detidas pelo Banco na SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, S.A., uma empresa financeira responsável pela compensação de valores.

Dado que não existe um mercado activo no qual pode ser determinado o justo valor de activos semelhantes, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Além disso, toda a informação relevante disponível à data do balanço indica que não há evidência objectiva que poderia levar a concluir que o activo financeiro esteja em imparidade e, como tal, nenhuma imparidade foi constituída.

15. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes apresenta-se como segue:

Segmento	Crédito	Imparidade	Exposição total
Crédito a empresas	4 416 140 329	(128 955 835)	4 287 184 494
Crédito a particulares	2 567 495 227	(97 326 798)	2 470 168 429
Total	6 983 635 557	(226 282 634)	6 757 352 923

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2023	2022
Crédito		
Carteira vincenda	5 104 405 749	3 587 308 183
Carteira vencida	283 916 577	315 032 567
Descobertos bancários		
Carteira vincenda	1 540 642 530	1 506 976 190
Carteira vencida	54 670 702	205 018 362
Total de crédito e descobertos bancários	6 983 635 557	5 614 335 302
Juros a receber	29 757 770	19 851 521
Comissões diferidas	(245 358 647)	(192 177 589)
Imparidade acumulada	(226 282 634)	(36 303 079)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	6 541 752 046	5 405 706 155

A análise do movimento da imparidade acumulada para créditos a clientes é como se segue:

2023	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo de abertura	20 271 768	6 282 479	9 748 833	36 303 080
Imparidade de exercício	42 221 401	45 596 828	108 487 409	196 305 638
Reversões	-	-	-	-
Utilização	(6 326 083)	-	-	(6 326 083)
Ajustamentos as imparidades	-	-	-	-
Saldo final	56 167 086	51 879 307	118 236 242	226 282 635
2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo de abertura	12 720 973	482 956	33 491 370	46 695 298
Imparidade de exercício	32 204 395	7 116 618	27 798 433	67 119 447
Reversões	(24 653 601)	(1 317 096)	(3 169 825)	(29 140 522)
Utilização	-	-	(48 371 145)	(48 371 145)
Ajustamentos as imparidades	-	-	-	-
Saldo final	20 271 768	6 282 479	9 748 833	36 303 080

Em 2023, as imparidades registaram um agravamento significativo, em particular no segmento de clientes empresariais. O aumento verificou-se em todos estágios, no entanto, é no estágio 3 que se concentra a maior variação, representando cerca de 55% dos 196,305,638 Meticais de reforço registados no exercício.

16. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Activos não correntes detidos para venda	2023	2022
Imóveis recebidos em dação	18 364 721	26 841 659
Imparidade de activos não correntes detidos para venda	(18 364 721)	(18 364 721)
Total de activos não correntes detidos para venda	-	8 476 938

17. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

Activos tangíveis	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Ferramentas e utensílios	Total
Custo					
1 de Janeiro de 2022	169 142 176	75 139 572	38 139 381	6 299 863	288 720 993
Adições	18 121 625	33 197 164	4 100 000	6 446 248	61 865 036
Abates	-	(64 482)	(4 935 450)	-	(4 999 932)
31 de Dezembro de 2022	187 146 484	109 038 594	37 303 931	12 097 088	345 586 098
Adições	21 514 071	52 297 273	4 995 399	-	78 806 744
Abates	(20 153 166)	(19 522 388)	(9 746 905)	(521 378)	(49 943 837)
31 de Dezembro de 2023	188 507 389	141 813 480	32 552 425	11 575 710	374 449 004
Depreciações acumuladas					
1 de Janeiro de 2022	58 434 991	43 446 858	26 753 502	1 914 178	133 939 350
Depreciações do exercício	12 396 312	19 691 041	6 294 242	734 056	39 115 651
Abates	-	(42 988)	(3 575 935)	-	(3 618 922)
31 de Dezembro de 2022	70 831 303	63 094 911	29 471 809	2 648 234	166 046 258
Depreciações do exercício	18 095 502	15 575 020	4 659 450	3 192 981	41 522 953
Ajustamentos as depreciações	-	3 359 814	-	-	3 359 814
Abates	(19 606 420)	(8 998 750)	(9 824 424)	-	(38 429 594)
31 de Dezembro de 2023	69 320 385	73 030 995	24 306 835	5 841 215	172 499 431
Valor líquido					
A 1 de Janeiro de 2022	110 707 185	31 692 714	11 385 879	4 385 685	154 781 642
A 31 de Dezembro de 2022	116 315 181	45 943 684	7 832 122	9 448 855	179 539 839
A 31 de Dezembro de 2023	119 187 004	68 782 485	8 245 590	5 734 495	201 949 573

Em 2023, as adições nas rubricas de obras em edifícios arrendados e em equipamentos incluem a remodelação ocorrida no edifício sede, em linha com a estratégia de crescimento do Banco. Adicionalmente, o banco procedeu à abertura de uma nova agência na Beira.

18. Activos sob direito de uso e Passivos de locação

O movimento nos activos sob direito de uso apresenta-se como segue:

Activos e passivos sob direito de uso e Passivos de locação	2023	2022
Activos		
Saldo de abertura	80 873 037	91 257 394
Ajustamento do saldo de abertura	-	5 143 955
Abates	-	-
Novos contratos	32 857 766	20 369 518
Depreciação	(34 933 778)	(35 897 830)
Saldo final	78 797 025	80 873 037
Passivos		
Saldo de abertura	80 780 003	89 645 638
Ajustamento do saldo de abertura	-	(1 446 851)
Abates	-	-
Novos contratos	32 857 766	20 369 518
Juros	3 603 462	3 784 076
Pagamentos	(33 456 932)	(30 778 439)
Custos com reavaliação cambial	-	(793 940)
Saldo final	83 784 299	80 780 003

Na rubrica novos contratos o valor registado em 2023 reflecte o direito de uso resultante das renovações dos contratos do balcão de Nampula (MZN 23 milhões) e de uma parcela dos escritórios sede (MZN 9 milhões).

19. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

Activos intangíveis	2023	2022
Custo:		
Saldo de abertura	125 353 895	125 353 895
Adições	10 261 962	-
Saldo de fecho	135 615 857	125 353 895
Amortizações acumuladas:		
Saldo de abertura	95 510 702	83 815 000
Amortizações do exercício	10 583 903	10 020 018
Abates	31 949	1 675 684
Saldo de fecho	106 126 554	95 510 702
Valor líquido	29 489 303	29 843 193

O Banco tem desenvolvido várias actividades para alargar a cobertura do serviço ao cliente, bem como melhorar a eficiência dos seus processos internos. Em 2023, tal como em 2022, o Banco continuou a desenvolver e adquirir novas aplicações ao nível das áreas de back-office e de front-office.

20. Activos e Passivos por impostos correntes

Activos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Activos por impostos correntes	2023	2022
Retenções na fonte sobre - IRPC	60 517 701	27 613 854

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor das retenções na fonte respeita às retenções efectuadas por terceiros sobre juros de aplicações em outras instituições de crédito e juros provenientes de títulos (27,613,854 Meticais).

Passivos por impostos correntes

Passivos por impostos correntes	2023	2022
IRPC a pagar	432 611 315	45 976 860
Pagamentos por conta	(32 903 847)	-
Retenções na fonte (acrécimo de juros de títulos)	9 537 831	6 026 672
Total	409 245 299	52 003 532

O valor de IRPC a pagar em 2023 é significativamente superior ao apurado em 2022, como consequência dos resultados positivos e lucros tributáveis que o Banco tem vindo a registar, tendo recuperado até 2022 a totalidade dos prejuízos fiscais anteriormente declarados.

21. Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

Outros activos	2023	2022
Custos diferidos	189 220 220	149 666 924
Outros valores a receber	11 464 290	8 395 975
Diversos	3 321 413	10 787 323
Total de outros activos	204 005 923	168 850 222

A rubrica de custos diferidos é composta essencialmente, pelas comissões incorridas com os corretores do crédito ao funcionário público no valor de MZN 174 milhões (MZN 133 milhões em 2022). A rubrica outros valores a receber representa adiantamentos a colaboradores (MZN 9 milhões) e depósitos de cauções de renda (MZN 2 milhões).

22. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Aplicações de instituições de crédito	2023	2022
Bancos estrangeiros	1 631 051 320	21 348 244
Juros a pagar	986 900,00	-
Total de outros activos	1 632 038 220	21 348 244

A 31 de Dezembro de 2023, o saldo de depósitos em outras instituições de crédito no estrangeiro é composto por saldos credores de bancos correspondentes no fecho do período, cerca de 858 milhões de Meticais, tomadas de grupo de 768 milhões de Meticais e cerca de 6.3 milhões de Meticais do Crown Agent Bank.

23. Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes por moeda é analisada como segue:

Depósitos de clientes	2023	2022
Moeda nacional	7 085 887 498	4 411 825 388
Moeda estrangeira	3 842 036 209	5 217 384 375
Total de depósitos de clientes	10 927 923 707	9 629 209 763

A rubrica de depósitos de clientes por maturidade é analisada como segue:

Depósitos de clientes	2023	2022
Maturidade até 90 dias	8 134 605 479	6 221 006 154
Maturidade acima de 90 dias	2 793 337 006	3 408 203 609
Total de depósitos de clientes	10 927 942 486	9 629 209 763

A rubrica de depósitos de clientes por tipo de conta é analisada como segue:

Depósitos de clientes	2023	2022
A ordem	4 790 456 637	3 643 738 164
A prazo	5 995 913 534	5 881 710 965
Contas poupança	82 589 060	58 620 344
Juros a pagar	58 964 476	45 140 290
Total de depósitos de clientes	10 927 923 707	9 629 209 763

24. Provisões

A rubrica de provisões é analisada como se segue:

Provisões	2023	2022
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários		
Saldo de abertura	20 796 788	19 104 501
Provisão do exercício garantias e créditos documentários	16 007 305	8 941 835
Reversões garantias bancárias e créditos documentários	(9 855 494)	(7 249 548)
Total provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários	26 948 599	20 796 788
Provisões para contingências legais		
Saldo de abertura	21 097 796	14 697 796
Provisão do exercício para contingências legais	8 000 000	6 400 000
Reversões do exercício para contingências legais	-	-
Total provisões para contingências legais	29 097 796	21 097 796
Outras provisões		
Saldo de abertura	1 621 363	9 837
Provisão do exercício para contingências legais	1 314 500	7 289 452
Reversões do exercício para contingências legais	-	-
Utilização	(435 863)	(5 989 452)
Ajustamentos	-	311 526
Total outras provisões	2 500 000	1 621 363
Total Provisões	58 546 395	43 515 947

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários correspondem às perdas de crédito esperadas e são calculadas tal como requerido pela IFRS 9.

25. Outros passivos

A rubrica de outros passivos é apresentada como se segue:

Outros passivos	2023	2022
Acréscimos de gastos	188 126 276	141 341 666
Estado	29 599 136	28 744 208
Contas de regularização	213 885 582	35 720 161
Total de outros passivos	431 610 994	205 806 035

A variação de Acréscimos de gastos deve-se essencialmente aos gastos com pessoal, em linha com o aumento do número de quadros do Banco, bem como com o aumento do negócio e dos resultados alcançados pelo Banco.

O saldo das contas de regularização é essencialmente justificado pela posição da compensação na data de fecho de balanço, com mais de 195 milhões de Meticais (totalmente regularizado em Janeiro de 2024), e outras contas transitórias.

As contas a pagar ao Estado encontram-se desagregadas abaixo:

Contas a pagar ao Estado	2023	2022
IRPS	16 443 939	16 268 641
Imposto de selo	5 658 702	6 504 020
INSS	1 743 849	1 490 034
IVA	5 752 646	4 481 513
Total de contas a pagar ao Estado	29 599 136	28 744 208

26. Responsabilidades representadas por títulos

Em 2023, o Banco procedeu à emissão de 2 séries de Papel Comercial, com as características abaixo:

Responsabilidades representadas por títulos - Papel Comercial	Série I	Série II
Valor nominal	750 000 000	350 000 000
Quantidade	750 000	350 000
Valor unitário	1 000	1 000
Taxa	18%	15%
Prazo	12 meses	6 meses
Data de emissão	1/9/2023	15/11/2023
Data de maturidade	1/9/2024	15/05/2024

A 31 de Dezembro de 2023, o valor nominal e o acréscimo de juros apresentavam-se como se segue:

Responsabilidades representadas por títulos - Papel Comercial	2023	2022
Valor nominal	1 100 000 000	-
Acréscimos de juros	17 812 500	-
Total	1 117 812 500	-

27. Empréstimos subordinados

A rubrica de empréstimos subordinados apresenta-se como segue:

Empréstimos subordinados	2023	2022
Saldo de abertura	219 886 846	-
Adições	-	219 886 846
Efeitos de reavaliação cambial	103 282	-
Total de empréstimos subordinados	219 990 128	219 886 846

Juros suportados	2023	2022
Juros de empréstimos subordinados (nota 2)	18 974 216	18 595 244

28. Capital Social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura:

Capital social	2023	2022
FMB Capital Holding, Plc	1 360 000 000	1 360 000 000
Premier Capital	255 000 000	255 000 000
Prime Bank	85 000 000	85 000 000
Total de capital social	1 700 000 000	1 700 000 000

Número de acções	2023	2022
FMB Capital Holding, Plc	13 600 000	13 600 000
Premier Capital	2 550 000	2 550 000
Prime Bank	850 000	850 000
Total de número de acções	17 000 000	17 000 000

Valor nominal de acções	2023	2022
FMB Capital Holding, Plc	100	100
Premier Capital	100	100
Prime Bank	100	100
Valor nominal de acções	100	100

% de acções	2023	2022
FMB Capital Holding, Plc	80%	80%
Premier Capital	15%	15%
Prime Bank	5%	5%
Total de % de acções	100%	100%

Número de acções	2023	2022
Saldo inicial	17 000 000	17 000 000
Acções emitidas	-	-
Saldo final	17 000 000	17 000 000

29. Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

Reservas	2023	2022
Reserva legal	301 330 426	89 659 920
Reserva de risco de crédito	-	48 322 590
Total de reservas	301 330 426	137 982 510

Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana em vigor à data de aprovação das contas, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 30% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social.

Reserva de risco de crédito

Da proposta de aplicação de resultados de 2022, aprovada em 2023, resultou a transferência da reserva de risco de crédito para resultados transitados na sua totalidade.

30. Itens não representativos de caixa incluídos nos (prejuízos) / lucros antes de impostos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Itens não representativos de caixa incluídos nos (prejuízos) / lucros antes de impostos	2023	2022
Depreciações e amortizações líquidas de abates (Nota 17,18 e 19)	(87 040 634)	(85 033 499)
Imparidade de crédito (Nota 15)	(196 305 638)	(37 978 925)
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários (Nota 24)	(15 466 311)	(15 381 739)
Perdas por imparidade de outros activos (Nota 13)	(8 700 000)	(1 297 330)
Total	(307 512 583)	(139 691 493)

31. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e disponibilidades no Banco Central (Nota 10)	788 855 522	307 087 444
Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 11)	147 128 017	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	5 683 459 667	5 204 836 516
Total de caixa e equivalentes de caixa	6 619 443 206	5 571 740 420

Para efeitos de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa exclui as disponibilidades no Banco Central referente às reservas obrigatórias que, representavam MZN 2,986,602,358 e MZN 470,035,698 respectivamente em 2023 e em 2022.

32. Instrumentos financeiros

32.1 Classificação dos instrumentos

Os instrumentos financeiros classificam-se como segue:

2023	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	Total
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3 775 457 880	-	3 775 457 880
Disponibilidades em instituições de crédito	147 128 017	-	147 128 017
Aplicações em instituições de crédito	5 683 459 667	-	5 683 459 667
Activos financeiros ao custo amortizado	1 411 962 116	-	1 411 962 116
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 541 752 046	-	6 541 752 046
Outros activos	11 464 290	-	11 464 290
Total do activo	17 571 224 016	6 327 548	17 577 551 564
	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Total
Passivos financeiros			
Aplicações de instituições de crédito	1 632 038 220	-	1 632 038 220
Depósitos de clientes	10 927 923 707	-	10 927 923 707
Papel comercial	1 117 812 500	-	1 117 812 500
Empréstimos Subordinados	219 990 128	-	219 990 128
Outros passivos	402 011 858	-	402 011 858
Total do passivo	14 299 776 413	-	14 299 776 413

2022	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	Total
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	777 123 142	-	777 123 142
Disponibilidades em instituições de crédito	59 816 460	-	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito	5 204 836 516	-	5 204 836 516
Activos financeiros ao custo amortizado	696 364 548	-	696 364 548
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 405 706 155	-	5 405 706 155
Outros activos	8 395 975	-	8 395 975
Total do activo	12 152 242 796	6 327 548	12 158 570 344

32.2 Justo valor dos instrumentos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O justo valor destes activos é apurado através de um modelo que usa quer variáveis observáveis, quer variáveis não observáveis no mercado. As variáveis não observáveis no mercado incluem pressupostos relativamente ao investimento, ao perfil de risco e aos pressupostos económicos relativamente à indústria e localização geográfica onde o investimento opera.

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização cujos inputs, que apresentam um impacto significativo na determinação do justo valor, estão associados a informação observável no mercado, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	6 327 548	6 327 548

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	6 327 548	6 327 548

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

Classe	2023		2022	
	Valor do balanço	Justo valor	Valor do balanço	Justo valor
Activos financeiros				
Activos financeiros ao custo amortizado	1 411 962 116	1 411 962 116	696 364 548	696 364 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 541 752 046	6 541 752 046	5 405 706 155	5 405 706 155
	7 953 714 162	7 953 714 162	6 102 070 703	6 102 070 703
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	1 632 038 220	1 632 038 220	21 348 244	21 348 244
Depósitos de clientes	10 927 923 707	10 927 923 707	9 629 209 763	9 629 209 763
Responsabilidade representada por títulos	1 117 812 500	1 117 812 500	-	-
Empréstimos Subordinados	219 990 128	219 990 128	219 886 846	219 886 846
	13 897 764 555	13 897 764 555	9 870 444 853	9 870 444 853
	(5 944 050 393)	(5 944 050 393)	(3 768 374 150)	(3 768 374 150)

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo justo valor é divulgado, por nível de hierarquia:

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	3 775 457 880	-	3 775 457 880
Disponibilidades em instituições de crédito	-	147 128 017	-	147 128 017
Aplicações em instituições de crédito	-	5 683 459 667	-	5 683 459 667
Activos financeiros ao custo amortizado	-	1 411 962 116	-	1 411 962 116
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	6 541 752 046	-	6 541 752 046
Total	-	17 559 759 726	-	17 559 759 726
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	1 632 038 220	-	1 632 038 220
Depósitos de clientes	-	10 927 923 707	-	10 927 923 707
Papel comercial	-	1 117 812 500	-	1 117 812 500
Empréstimos subordinados	-	219 990 128	-	219 990 128
Passivos de locação	-	83 784 300	-	83 784 300
Total	-	13 981 548 855	-	13 981 548 855

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	777 123 142	-	777 123 142
Disponibilidades em instituições de crédito	-	59 816 460	-	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito	-	5 204 836 516	-	5 204 836 516
Activos financeiros ao custo amortizado	-	696 364 548	-	696 364 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5 405 706 155	-	5 405 706 155
Total	-	12 143 846 821	-	12 143 846 821
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	21 348 244	-	21 348 244
Depósitos de clientes	-	9 629 209 763	-	9 629 209 763
Papel comercial	-	-	-	-
Empréstimos subordinados	-	219 886 846	-	219 886 846
Passivos de locação	-	80 780 003	-	80 780 003
Total	-	9 951 224 855	-	9 951 224 855

O Conselho de Administração considera que todos os instrumentos financeiros, para além dos empréstimos e adiantamentos a clientes se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. O justo valor dos activos e passivos financeiros considera o valor em que o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, excepto numa venda forçada ou de liquidação.

33. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Identificação da parte relacionada	Relação	Natureza da transacção	2023	2022
Ganhos reconhecidos				
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos concedidos	1 985 556	-
First Capital Bank Zâmbia	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos concedidos	-	1 182 482
Total ganhos reconhecidos			1 985 556	1 182 482
Despesas suportadas				
FMB, Capital Holdings	Accionista	Juros sobre empréstimos	18 974 216	18 595 244
FMB, Capital Holdings	Accionista	Serviços partilhados	76 976 768	52 829 623
FCSSL	Empresa do grupo	Serviços partilhados	29 461 652	15 715 852
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos	21 182 196	1 638 904
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Comissões	5 338 700	-
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos	5 565 541	9 004 873
Órgãos de gestão	Administradores Executivos	Remunerações	43 627 921	33 686 307
Órgãos de gestão	Administradores Não Executivos	Remunerações	7 850 635	7 699 640
Órgãos de gestão	Pessoal chave de gestão	Remunerações	117 917 378	82 824 347
Total despesas suportadas			326 895 007	221 994 790
Passivos				
FMB Capital Holdings, Plc	Accionista	Acréscimos de serviços partilhados	8 418 019	2 644 952
FCSSL	Accionista	Acréscimos de serviços partilhados	2 375 239	3 133 654
FMB, Capital Holdings	Accionista	Dívida subordinada	219 955 700	227 977 131
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	447 946 016	2 850 162
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	320 088 900	-
FMB, Capital Holdings	Accionista	Conta corrente em MZN	2 644 340	-
First Capital Bank Zâmbia	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	-	385 052
Premier Capital Mauritius	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	-	145 526
Prime Bank, Quenia	Accionista	Recursos de outras instituições	-	158 770
Total passivos			1 001 428 213	237 295 247

34. Contingências e compromissos

Contingências e compromissos	2023	2022
Garantias prestadas	7 536 462 312	5 991 891 553
Cartas de crédito	1 110 302 514	1 297 206 718
Limites de crédito não utilizados	841 944 218	739 713 214
Custódia de títulos	75 329 796	69 914 796
Total de contingências e compromissos	9 564 038 840	8 098 726 281

35. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno financeiro e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e procura obter margens de rentabilidade investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para fazer face a todos os desembolsos necessários e obrigações que eventualmente ocorram.

As políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos de monitorização para assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados. O Banco revê regularmente as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como segue:

Gestão do Risco de crédito

O comité de crédito do Banco é responsável por gerir o risco de crédito através das seguintes práticas:

- Garantir que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, IFRS e orientações relevantes de supervisão.
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito do Banco, desde o instrumento individual até ao nível da carteira como um todo
- Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.
- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.
- Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.
- Desenvolver e manter métricas para categorização das exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notações de risco estão sujeitas a revisões regulares.
- Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.
- Garantir que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.
- Estabelecer um processo de avaliação contabilística do risco de crédito e para contabilizar a ECL.
- Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, certificando-se de que os controlos e procedimentos estabelecidos estão adequadamente desenhados e implementados e são eficientes.

Aumento Significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas.

Ratings internos crédito

As informações de classificação de crédito são baseadas numa série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamento de crédito experiente. A natureza da exposição e o tipo de tomador são considerados na análise. As notações de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento, conforme o risco de crédito se deteriora. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a notação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os seguintes dados são normalmente usados para monitorar as exposições individuais e numa perspectiva de Grupo económico:

- Registo de pagamentos, incluindo o cumprimento do serviço de dívida e atrasos no cumprimento de obrigações contratuais;
- Extensão da utilização do limite concedido;
- Reestruturação do prazo de pagamento e das condições de crédito;
- Mudanças nas condições comerciais, financeiras e económicas do negócio do cliente ou do sector que opera;
- Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de rating;
- Para exposições de retalhos são tidos em consideração comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc.;
- Para exposições corporativas, é considerada uma revisão periódica do histórico e exposição dos clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como preços de obrigações cotadas, quando disponíveis, mudanças no sector em que o cliente opera, etc.

O Banco utiliza as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da PD (Probabilidade de incumprimento) para as respectivas exposições. O Banco recolhe informações de desempenho e de incumprimento sobre as suas exposições ao risco de crédito, analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As fontes de informação utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

Incorporação de informações prospectivas (Forward looking)

O Banco utiliza informações prospectivas, que estão amplamente disponíveis, na sua avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL. O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de "caso base" de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros possíveis cenários de previsão. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Banco e o seu Grupo aplicam probabilidades aos cenários de previsão identificados, considerando um cenário base como o resultado mais provável e que consiste em informações usadas pelo Banco para planeamento estratégico e orçamento. O Banco identifica e documenta

os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimara as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectua alterações nas técnicas de estimativa ou pressupostos significativos usados durante o período de relato.

Mensuração da ECL

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. O seu cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliada utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PDs são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas para levar em conta as estimativas de condições futuras que afectarão a PD.

A LGD (perda dado o incumprimento) é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia. Os modelos de LGD para activos garantidos consideram previsões de avaliação de garantias futuras, considerando descontos de venda, tempo de realização de garantias e custo de realização das mesmas. Os modelos de LGD para activos não garantidos consideram o tempo de recuperação e taxas de recuperação. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela taxa de juro efectiva original do empréstimo.

EAD (exposição na data do incumprimento) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de capital e juros, e perdas esperadas. A abordagem do Banco para a EAD reflecte as alterações esperadas na exposição ao longo da vida do empréstimo permitidas pelos termos contratuais actuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento em excesso, mudanças na utilização de compromissos não utilizados e acções de mitigação de crédito tomadas antes do incumprimento. Os modelos EAD usados pelo Banco reflectem igualmente as características das carteiras de crédito.

O Banco avalia a ECL considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não por um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contracto seja prática comercial comum. Contudo, para instrumentos financeiros como linhas de crédito renováveis e facilidades de descoberto que incluem um empréstimo e uma componente de compromisso não utilizada, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito no período de aviso prévio. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não é mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo que esse período se estenda além do período contratual máximo. Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. Os instrumentos financeiros são administrados de forma coletiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. Este período mais longo é estimado tendo em conta as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera tomar para mitigar a ECL, como por exemplo redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

O cálculo da ECL para fins contabilísticos é diferente do cálculo da ECL para fins regulamentares, embora muitos dos elementos utilizados sejam semelhantes.

Agrupamentos baseado em características de riscos compartilhados

Quando a ECL é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo de colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até ao vencimento;
- Indústria ou sector do mutuário;
- Valor da garantia em relação ao activo financeiro se tiver um impacto na probabilidade de ocorrência de um incumprimento.

Qualidade do crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item das demonstrações financeiras e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha do balanço financeiro para cada classe de instrumento financeiro.

Classe do instrumento financeiro	Instrumento financeiro na posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidades no banco central	Nota 10
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	Nota 11
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	Nota 12
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Nota 15
Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao custo amortizado	Nota 13
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Nota 14
Outros empréstimos e adiantamentos	Outros activos	Nota 21
Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira	Provisões para garantias bancárias prestadas e crédito documentários	Nota 24

Estamos em:
Botswana
Malawi
Moçambique
Zâmbia
Zimbábue

Botsuana • Malawi • Moçambique • Zâmbia • Zimbábue

Primeiro, acreditar.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

31 Dezembro 2023		Montantes brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Alto	0.00%-0.50%	2 453 668 103	-	-	2 453 668 103	43 188 843	-	-	43 188 843
Médio	0.50%- 11.7% 11.7.00%	4 187 647 385	74 166 611	28 822 267	4 290 636 263	12 954 875	237 918	1 402 637	14 595 429
Médio-baixo	11.7%-29.50% 29.50%	3 732 788	94 524 469	123 095 398	221 352 656	23 368	51 641 389	115 932 206	167 596 963
Baixo	29.5%-100%	1	-	17 978 534	17 978 535	-	-	901 399	901 399
Total		6 645 048 278	168 691 080	169 896 199	6 983 635 557	56 167 086	51 879 307	118 236 242	226 282 634
Rácio de cobertura		0,845%	30,754%	69,593%					

Caixa e equivalentes de caixa

31 December 2023 2022		Montantes brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Baixo	0.00%-0.50%	6 619 443 206	-	-	6 619 443 206	-	-	-	-
Médio-baixo	0.50%- 11.7%	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio	11.7%-29.50%	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto	29.5%-100%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		6 619 443 206	-	-	6 619 443 206	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,00%	-	-					

Activos financeiros ao custo amortizado

31 December 2023 2022		Montantes brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Baixo	0.00%-0.50%	922 784 840	-	-	922 784 840	-	-	-	-
Médio-baixo	0.50%- 11.7% 11.7.00%	501 688 430	-	-	501 688 430	12 511 154	-	-	12 511 154
Médio	11.7%-29.50% 29.50%	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto	29.5%-100%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		1 424 473 270	-	-	1 424 473 270	12 511 154	-	-	12 511 154
Rácio de cobertura		0,88%	-	-					

Outros activos

31 December 2023 2022		Montantes brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Baixo	0.00%-0.50%	204 005 923	-	-	204 005 923	-	-	-	-
Médio-baixo	0.50%- 11.7% 11.7.00%	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio	11.7%-29.50% 29.50%	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto	29.5%-100%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		204 005 923	-	-	204 005 923	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,00%	-	-					

Garantias e cartas de crédito

31 December 2023 2022		Montantes brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Baixo	0.00%-0.50%	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio-baixo	0.50%- 11.7%	8 646 764 815	-	-	8 646 764 815	26 948 600	-	-	26 948 600
Médio	11.7%-29.50%	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto	29.5%-100%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		8 646 764 815	-	-	8 646 764 815	26 948 600	-	-	26 948 600
Rácio de cobertura		0,312%	-	-					

Concentração do risco de crédito

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela abaixo. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos líquidos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

2023	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira	2022	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
Comércio	-	1 816 347 867	-	-	3 731 475 435	Comércio	-	1 630 826 650	-	-	2 460 298 329
Agricultura	-	31 044 365	-	-	-	Agricultura	-	32 421 124	-	-	-
Retalho	-	2 252 699 582	-	-	-	Retalho	-	1 865 355 628	-	-	2 862 545
Construção	-	28 580 264	-	-	553 702 619	Construção	-	26 655 367	-	-	450 525 531
Indústria	-	810 761 324	-	-	332 593 877	Indústria	-	844 944 932	-	-	463 784 118
Mineração	-	390 581 905	-	-	1 995 163 180	Mineração	-	-	-	-	1 084 844 981
Comunidade social e serviços	-	-	-	-	34 140 971	Comunidade social e serviços	-	-	-	-	75 061 739
Transporte e comunicações	-	414 023 661	-	-	262 382 950	Transporte e comunicações	-	169 390 856	-	-	427 857 315
Indústria metalúrgica	-	384 319 359	-	-	1 350 000	Indústria metalúrgica	-	403 781 554	-	-	1 350 000
Estado	-	-	421 381 116	-	-	Estado	-	-	694 764 548	-	-
Financeiro	3 226 903 015	-	-	6 327 548	-	Financeiro	3 049 194 830	-	-	6 327 548	-
Banco Central	2 456 556 652	-	990 581 000	-	-	Banco Central	2 155 641 686	-	1 600 000	-	-
Outros sectores	-	413 393 719	-	-	1 735 955 795	Outros sectores	-	432 330 043	-	-	2 322 513 714
Total	5 683 459 667	6 541 752 046	1 411 962 116	6 327 548	8 646 764 826	Total	5 204 836 516	5 405 706 155	696 364 548	6 327 548	7 289 098 272

Exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, rating interno e “estágio”

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e “estágio” sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito é fornecida nas tabelas seguintes. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

2023	Grau de investimento (1-3)	Monitoramento padrão (4-7)	Empréstimos em incumprimento (8-10)	Imparidade	Exposição líquida	2022
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3 775 457 880	-	-	-	3 775 457 880	777 123 142
Disponibilidades em instituições de crédito	147 128 017	-	-	-	147 128 017	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito	5 683 470 069	-	-	(10 402)	5 683 459 667	5 204 836 516
Activos financeiros ao custo amortizado	1 424 473 270	-	-	(12 511 154)	1 411 962 116	696 364 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 642 568 728	95 554 629	29 911 322	(226 282 634)	6 541 752 046	5 405 706 155
Outros activos	204 005 923	-	-	-	204 005 923	19 183 298
Garantias bancárias e cartas de crédito	8 646 764 826	-	-	(58 546 395)	8 588 218 431	2 278 997 766
Total	26 523 868 714	95 554 629	29 911 322	(297 350 585)	26 351 984 080	14 442 027 885

Perdas por imparidade por classe

A tabela abaixo resume a as provisões para perdas esperada em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, por classe de exposição/activo:

Classe do instrumento financeiro	2023	2022
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	226 282 634	36 303 079
Investimentos em títulos ao custo amortizado	12 511 154	3 811 154
Activos não correntes detidos para a venda	18 364 721	18 364 721
Outros activos financeiros	10 402	10 402
Garantias bancárias e cartas de crédito	26 948 599	20 796 788
Total	284 117 510	79 286 144

Activos financeiros por maturidade contratual

Um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição perfizer 30 dias em atraso. Para empréstimos corporativos e outras exposições existem informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar um potencial aumento significativo no risco de crédito. A tabela abaixo apresenta a carteira bruta dos empréstimos e adiantamento a clientes por antiguidade de saldos:

Crédito bruto concedido	2023	2022
Não vencido	6 498 583 249	5 045 999 560
Até 30 dias	162 014 678	408 259 849
31 a 90 dias	126 234 766	127 513 667
91 a 180 dias	97 261 494	975 858
181 a 360 dias	46 320 700	1 617 337
Acima de 360 dias	2 352 274	5 699 155
Reestruturados	50 868 396	24 251 467
Total	6 983 635 557	5 614 316 893



Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Empréstimo corporativo

O Banco solicita garantias e colaterais para empréstimos corporativos. O indicador mais relevante da qualidade de crédito dos clientes corporativos é a análise do seu desempenho financeiro e a sua liquidez, alavancagem, eficácia da gestão e índices de crescimento. Por essa razão, a avaliação de garantias detidas contra empréstimos corporativos não é actualizada rotineiramente. A avaliação de tais garantias é actualizada se o empréstimo for colocado na “lista de observação” e, portanto, sujeito a uma monitoria mais regular. Para créditos com redução no valor recuperável, o Banco obtém avaliações actualizadas de garantias para determinar as suas acções de gestão de risco de crédito.

Investimentos em títulos

O Banco detém investimentos em títulos mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 1.4 biliões de Meticais e através do rendimento integral com um valor contabilístico de 6.3 milhões de Meticais. Os investimentos em títulos detidos pelo Banco são obrigações governamentais, bilhetes de tesouro, que não são garantidas.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue fazer face ao serviço de dívida, pode pedir a dilatação do período de pagamento ou uma moratória. Na data de vencimento do período de moratória ou carência, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado evidencia sinais de imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou ser objecto de uma reestruturação financeira significativa;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:

1. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
2. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
3. Depreciação do valor do colateral; e
4. Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, incluindo o cumprimento de determinadas condições ou rácios financeiros.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito malparado são avaliadas individualmente quanto a uma potencial imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais uma perda de imparidade é e continua a ser reconhecida não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da sua execução menos os custos de tomada de posse e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece imparidades por contrapartida de resultados para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Mediante uma avaliação de que não existe uma perspectiva realista da sua recuperação ou de que parte da dívida é incobrável, é efectuado o abate da dívida por contrapartida da imparidade acumulada. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida, sendo que a oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realística de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como outros proveitos na demonstração de resultados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais ou de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de manter valores mínimos de liquidez e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Adicionalmente, o Banco dispõe de linhas de financiamento adicionais como plano de contingência, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez e diversificada que poderá ser facilmente utilizada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 39,0% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado, para a moeda nacional e 39,5% para a moeda estrangeira. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto com o mercado em geral assim como com o Banco em particular.

O Banco monitora diariamente os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes, que consistem na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, face aos depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2023	Correntes	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3 775 457 880	-	-	-	-	3 775 457 880
Disponibilidades em instituições de crédito	147 128 017	-	-	-	-	147 128 017
Aplicações em instituições de crédito	-	2 691 630 221	2 991 829 446	-	-	5 683 459 667
Activos financeiros ao custo amortizado	-	193 609 416	1 064 900 500	153 452 200	-	1 411 962 116
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	-	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	906 521 262	959 053 166	2 019 049 858	1 717 544 981	939 582 780	6 541 752 046
Outros activos	-	-	541 855 677	-	-	541 855 677
Total activos	4 829 107 159	3 844 292 803	6 617 635 481	1 870 997 181	945 910 328	18 107 942 951
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	865 238 220	766 800 000	-	-	-	1 632 038 220
Depósitos de clientes	4 932 010 172	3 202 576 528	2 518 181 228	275 155 778	-	10 927 923 707
Papel comercial	-	-	1 117 812 500	-	-	1 117 812 500
Empréstimos subordinados	-	-	-	219 990 128	-	219 990 128
Passivos de locação	-	8 235 093	25 066 992	32 843 996	17 638 218	83 784 300
Outros passivos	243 484 718	-	597 371 575	58 546 395	-	899 402 688
Total passivos	6 040 733 110	3 977 611 621	4 258 432 295	586 536 298	17 638 218	14 880 951 543
Valor líquido	(1 211 625 952)	(133 318 819)	2 359 203 186	1 284 460 883	928 272 110	3 226 991 408

2022	Correntes	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	777 123 142	-	-	-	-	777 123 142
Disponibilidades em instituições de crédito	59 816 460	-	-	-	-	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito	-	5 204 836 516	-	-	-	5 204 836 516
Activos financeiros ao custo amortizado	26 257 248	1 600 000	311 187 800	357 319 500	-	696 364 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	88 947 386	428 740 945	2 052 594 527	1 567 719 073	1 267 704 225	5 405 706 155
Total activos	952 144 236	5 635 177 461	2 363 782 327	1 925 038 573	1 267 704 225	12 143 846 821
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	9 144 132	12 204 112	-	-	-	21 348 244
Depósitos de clientes	3 747 498 797	2 473 507 357	3 408 203 608	-	-	9 629 209 763
Papel comercial	-	-	-	-	-	-
Empréstimos Subordinados	-	-	9 115 846	210 771 000	-	219 886 846
Passivos de locação	-	8 235 093	25 066 992	29 839 699	17 638 218	80 780 003
Total passivos	3 756 642 929	2 493 946 562	3 442 386 447	240 610 699	17 638 218	9 951 224 855
Valor líquido	(2 804 498 694)	3 141 230 899	(1 078 604 120)	1 684 427 874	1 250 066 007	2 192 621 966

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações de instrumentos financeiros com mercados activos.

A política e estratégia de gestão de risco de mercado é executada pela Tesouraria e monitorizada pela função de Gestão de Risco, sob a supervisão do ALCO, que se reúne numa base mensal.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os fluxos de caixa futuros ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos

efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações ou resultar em perdas em caso de ocorrerem variações não previstas.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

A tabela abaixo sumariza a análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros do Banco às taxas de juro em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

2023	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem exposição à taxa de juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	3 775 457 880	3 775 457 880
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	147 128 017	147 128 017
Aplicações em instituições de crédito	2 691 630 221	2 991 829 446	-	-	5 683 459 667
Activos financeiros ao custo amortizado	193 609 416	1 218 352 700	-	-	1 411 962 116
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 541 752 046	-	-	-	6 541 752 046
Outros activos	-	-	-	204 005 923	204 005 923
Total activos	9 426 991 683	4 210 182 146	-	4 132 919 368	17 770 093 196
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	1 632 038 220	-	-	-	1 632 038 220
Depósitos de clientes	3 344 130 064	2 518 181 228	275 155 778	4 790 456 637	10 927 923 707
Papel Comercial	-	1 117 812 500	-	-	1 117 812 500
Empréstimos Subordinados	-	-	219 990 128	-	219 990 128
Total passivos	4 976 168 284	3 635 993 728	495 145 906	4 790 456 637	13 897 764 555
Valor líquido	4 450 823 399	574 188 418	(495 145 906)	(657 537 269)	3 872 328 641

2022	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem exposição à taxa de juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	777 123 142	777 123 142
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	59 816 460	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito	5 204 836 516	-	-	-	5 204 836 516
Activos financeiros ao custo amortizado	27 857 248	668 507 300	-	-	696 364 548
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 405 706 155	-	-	-	5 405 706 155
Outros activos	-	-	-	19 183 298	19 183 298
Total activos	10 638 399 919	668 507 300	-	862 450 447	12 169 357 667
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	21 348 244	-	-	-	21 348 244
Depósitos de clientes	6 221 006 154	3 408 203 608	-	-	9 629 209 763
Empréstimos Subordinados	-	219 886 846	-	-	219 886 846
Total passivos	6 242 354 399	3 628 090 454	-	-	9 870 444 853
Valor líquido	4 396 045 520	(2 959 583 154)	-	862 450 447	2 298 912 814

O impacto na demonstração dos resultados decorrente da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC (Facilidade Permanente de Cedência), baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é estimada como segue:

Sensibilidade à alteração da FPC	Aumento/ (diminuição) em p.p	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2023	+2p.p	(90 597 318)	90 597 318
	-2p.p	90 597 318	(90 597 318)
2022	+2p.p	(28 729 247)	28 729 247
	-2p.p	28 729 247	(28 729 247)

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio de mercado. O Conselho de Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, em cumprimento das disposições legais em vigor e limites regulamentares aplicáveis. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

2023	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	Total
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3 188 248 303	582 051 094	1 396 748	3 761 735	-	-	3 775 457 880
Disponibilidades em instituições de crédito	32 223 735	497 463	-	110 588 831	1 868 707	1 949 280	147 128 017
Aplicações em instituições de crédito	2 446 469 959	3 111 378 970	125 593 075	17 663	-	-	5 683 459 667
Activos financeiros ao custo amortizado	1 411 962 116	-	-	-	-	-	1 411 962 116
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 548	-	-	-	-	-	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 690 511 109	1 851 240 937	-	-	-	-	6 541 752 046
Outros activos	130 688 631	404 357 192	292 241	6 517 613	-	-	541 855 677
Total activos	11 906 431 400	5 949 525 656	127 282 065	120 885 842	1 868 707	1 949 280	18 107 942 950
Passivos financeiros							
Recursos de instituições de crédito	7 286 567	1 585 845 112	37 241 802	1 664 739	-	-	1 632 038 220
Depósitos de clientes	7 091 887 821	3 746 048 563	80 821 162	9 166 161	-	-	10 927 923 707
Papel Comercial	1 117 812 500	-	-	-	-	-	1 117 812 500
Empréstimos subordinados	-	219 990 128	-	-	-	-	219 990 128
Passivos de locação	20 286 344	63 497 956	-	-	-	-	83 784 300
Outros passivos	465 917 383	320 170 757	6 946 649	106 367 898	-	-	899 402 687
Total passivos	8 703 190 615	5 935 552 517	125 009 613	117 198 798	-	-	14 880 951 543
Valor líquido	3 203 240 785	13 973 140	2 272 452	3 687 044	1 868 707	1 949 280	3 226 991 408

2022	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	Total
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	215 800 933	552 848 750	2 433 550	6 039 909	-	-	777 123 142
Disponibilidades em instituições de crédito	14 884 076	35 556 197	-	8 323 119	281 615	771 452	59 816 460
Aplicações em instituições de crédito	2 152 169 944	3 040 977 507	11 689 065	-	-	-	5 204 836 516
Activos financeiros ao custo amortizado	696 364 548	-	-	-	-	-	696 364 548
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 548	-	-	-	-	-	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 100 545 509	1 305 160 646	-	-	-	-	5 405 706 155
Outros activos	495 197 083	-	-	-	-	-	495 197 083
Total activos	7 681 289 640	4 934 543 100	14 122 615	14 363 029	281 615	771 452	12 645 371 452
Passivos financeiros							
Recursos de instituições de crédito	12 204 112	-	9 144 132	-	-	-	21 348 244
Depósitos de clientes	5 216 784 016	4 394 735 710	4 490 866	13 199 171	-	-	9 629 209 763
Empréstimos Subordinados	-	219 886 846	-	-	-	-	219 886 846
Passivos de locação	22 282 889	58 497 114	-	-	-	-	80 780 003
Outros passivos	301 325 514	-	-	-	-	-	301 325 514
Total passivos	5 552 596 531	4 673 119 670	13 634 998	13 199 171	-	-	10 252 550 370
Valor líquido	2 128 693 109	261 423 430	487 618	1 163 858	281 615	771 452	2 392 821 082

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes.

O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capitais próprios.

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio USD	Alteração na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2023	+10%	1 397 314	(1 397 314)
	-10%	(1 397 314)	1 397 314
2022	+10%	26 142 343	(26 142 343)
	-10%	(26 142 343)	26 142 343

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio ZAR	Alteração na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2023	+10%	227 245	(227 245)
	+10%	(227 245)	227 245
2022	+10%	48 762	(48 762)
	+10%	(48 762)	48 762

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio EUR	Alteração na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2023	+10%	368 704	(368 704)
	+10%	(368 704)	368 704
2022	+10%	116 386	(116 386)
	+10%	(116 386)	116 386

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio INR	Alteração na taxa de câmbios de INR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2023	+10%	186 871	(186 871)
	+10%	(186 871)	186 871
2022	+10%	28 162	(28 162)
	+10%	(28 162)	28 162

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio GBP	Alteração na taxa de câmbios de GBP	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2023	+10%	48 762	(48 762)
	+10%	(48 762)	48 762
2022	+10%	77 145	(77 145)
	+10%	(77 145)	77 145

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância contante e respondendo aos riscos potenciais de forma proactiva, é capaz de gerir e mitigar os riscos inerentes à sua actividade.

Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, gestão de acessos, níveis de autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o crescimento do seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequabilidade de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pelo Conselho de Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada Banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de solvabilidade) acima ou no limite de 12%.

O capital regulamentar do Banco é monitorado pelo departamento de gestão de risco e é dividido em:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a sua natureza e reflectindo uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital do Banco para o ano findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

Fundos próprios de base (Tier I)	2023	2022
Capital social	1 700 000 000	1 700 000 000
Reservas elegíveis e resultados transitados	301 300 863	(12 747 614)
Activos intangíveis	(29 489 303)	(29 843 192)
Provisões para imparidade gap(*)	(114 498 302)	(107 102 308)
Fundos próprios de base (Tier I)	1 857 313 259	1 550 306 886
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Provisões para riscos gerais de crédito ate ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	1 311 477	927 135
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13	168 696 000	210 870 000
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Parte que excede os limites de concentração de riscos	-	(6 379 123)
Fundos próprios de base complementares (Tier I e Tier II)	2 027 320 736	1 755 724 897
Activos ponderados pelo risco		
Na posição financeira	8 833 001 974	7 085 797 694
Contas extrapatrimoniais	1 658 815 678	331 278 879
Risco operacional e de mercado	248 944 101	267 948 717
Total dos activos ponderados	10 740 761 753	7 685 025 289
Rácios prudenciais		
Tier I	17,29%	20,17%
Tier II	1,58%	2,76%
Rácio de solvência	18,88%	22,85%
Rácio de solvência exigido	12,00%	12,00%

(*) Representa a diferença entre a imparidade determinada com base no modelo de imparidade interno, em conformidade com o IFRS 9, e o mínimo apurado de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Moçambique.

36. Acontecimentos após a data de balanço

Após o período de relato e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não houve eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Banco, que afectam as demonstrações financeiras ou requeiram divulgação adicional.

O Administrador Delegado

O Conselho de Administração

Circular nº3/SHC/2007 Modelo III

Código de contas	DÉBITO	31 December 2023	31 December 2022
79+80	Juros e Rendimentos Similares	2 209 166	1 154 507
66+67	Juros e Encargos Similares	638 644	302 694
	Margem Financeira	1 570 522	851 813
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	
81	Rendimentos com serviços e Comissoes	328 879	267 998
68	Encargos com Serviços e Comissoes	(41 282)	(40 044)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
-690+830	Resultados de Reavaliacao Cambial	1 032 825	669 558
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienacao de Outros Activos	5 043,16	1 775,67
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploracao	3 173	(2 435)
	Produto Bancario	2 899 159	1 748 666
70	Custo com Pessoal	452 622	347 153
71	Gastos Gerais Administrativos	389 410	275 886
77	Amortizacao do Exercicio	87 041	84 662
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisoes Liquidas de Reposicoes e Anulacoes	15 466	15 382
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversoes e Recuperacoes	205 006	39 276
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	0	0
	Resultado Antes de Impostos	1 749 615	986 306
65	Impostos Correntes	91 342	108 705
74-86	Impostos Diferidos	432 611	172 033
640	Resultados após Impostos	1 225 661	705 568
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
TOTAL		1 225 661	705 568

Somos o Banco com Maior Variação do Volume de Negócios e a 2ª Melhor Empresa de Moçambique.

** Reconhecimento "As 100 Maiores Empresas de Moçambique" Edição XXV.*

100
Maiores Empresas de Moçambique
KPMG

Botsuana • Malawi • **Moçambique** • Zâmbia • Zimbábue

Primeiro, acreditar.

